Rui Patrício. "A justiça portuguesa está mal, a sofrer de hipocondria"

Rui Patrício, advogado de José Penedos no caso Face Oculta, lançou um livro sobre justiça, onde cita Eça de Queiroz para falar de corrupção

MAGDA CUNHA VIANA
magda.viana@ionline.com

Tem sido referido com frequência como uma vedeta da advocacia de barra devido aos casos e clientes que aceita defender. Mas Rui Patrício é também conhecido por, aos 40 anos, ser sócio de uma importante sociedade de advogados e por ter sido membro, entre 2009 e 2011, do Conselho Superior da Magistratura. Entre outras actividades abarca ainda o ensino universitário. O seu envolvimento em casos difíceis e mediáticos inclui a defesa do ex-presidente da Redes Energéticas Nacionais, José Penedos, acusado de dois crimes de corrupção e outros dois de participação económica em negócio, em casos que envolvem o seu filho Paulo Penedos e o sucateiro Manuel Godinho. Das suas batalhas jurídicas destaca-se o caso do norte-americano naturalizado português George Wright. Rui Patrício representa os Estados Unidos, que pedem a extradição de Wright para acabar de cumprir uma pena de prisão. Também a Operação Furacão, que envolveu vários bancos, foi um caso que esteve nas suas mãos. O empenho na justiça levou o advogado a lançar-se na escrita do livro "Mapa Múndi da Justiça em Bilhete Postal".

BI

NOME Rui Patrício

DATA DE NASCIMENTO 20 de Maio de 1971

FORMAÇÃO Direito. Licenciatura e mestrado pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

PROFISSÃO Advogado e docente universitário convidado. Autor de vários livros e artigos nas áreas do direito penal e do direito processual penal. Docente de pós-graduações e outros cursos.

O que o levou a escrever um livro sobre justiça neste momento em que esta atravessa dias difíceis?
Entendi que tinha já escrito textos sobre os temas que queria tratar, mas também porque fiz 40 anos e faço quase 18 de advocacia e de outras actividades jurídicas, e ainda porque encerrei o capítulo da minha passagem pelo Conselho Superior da Magistratura. Por todas estas razões e por nenhuma em especial. Talvez, principalmente, porque já não suporto a gritaria acerca da suposta crise mortal da justiça e já não suporto tantos lugares-comuns e tantos opinadores que não sabem do que falam ou sabem mas não dizem o que sabem ou o que verdadeiramente querem.

Qual o tema específico do livro? Há citações de Eça de Queiroz e outros clássicos da literatura portuguesa e estrangeira...
Trata de vários temas do sistema de justiça e questões afins, através de textos em forma de crónica. Cada texto é escrito a partir de um lugar de Portugal ou do mundo. O livro passa por temas como o segredo de justiça. Reformas legislativas a mais e com defeitos, excesso de opinião, falta de diálogo entre profissões jurídicas, corrupção, tremendismo, hipocrisia, falta de consciência de cada cidadão sobre a sua própria responsabilidade, problemas da mediatização de certos processos, são alguns dos temas tratados. Há vários outros textos, em crónicas, onde marca presença a metáfora e a ironia, ou mesmo o sarcasmo. E o exemplo de Eça de Queiroz é ilustrativo. O empenho serve no seu texto para superar as irracionalidades que se põem no caminho. Daí a mezinha.

Qual o fio condutor do livro?
Quando o escrevi não pensei nisso, até porque o escrevi ao longo de vários anos. Mas lendo-o em conjunto talvez tenha três fios condutores. Primeiro: que cada um assuma a sua responsabilidade; segundo: calem-se e façam, de preferência em conjunto; terceiro: não mudem a lei, tentem mudar a mentalidade e a cultura.

Pretende despertar mentes?
É essencialmente uma tentativa de combate, pela palavra e pela figura de estilo, contra o lugar-comum, a facilidade, a desresponsabilização individual, o lamento e a estreiteza de vistas, no tempo ou no espaço. Problemas, os verdadeiros e os falsos, e também sobre os seus protagonistas, os seus temas, debates, as suas virtudes. Era melhor continuarmos nesse caminho, em vez de, qual hipocondríaco, gastarmos a energia a sofrer males imaginários e a somatizar, não olhando para os problemas verdadeiros, que os há, e que são sérios, mas bem menos do que o que se diz.

Que atitude cada cidadão deve ter em relação à justiça?
Defendo, essencialmente, que cada pessoa, seja actor do sistema de justiça ou não, adopte sobre o tema justiça a mesma atitude que deve adoptar ao atravessar a passadeira, a passagem de nível ou o cruzamento: pare, escute e olhe. E que pense. Já há suficientes papagaios de ideias feitas e frases superficiais e sonantes, alguns ignorantes e outros à espera de fazer vencer a sua agenda – ideológica ou pessoal.

Começa o livro sobre os males de que a justiça sofre. E cito: "A justiça portuguesa sofre, sofre muito, dói-lhe, e onde lhe dói mais é no hipocôndrio e no epigastro, aquelas partes do ventre onde atacam muito as dores que brotam mais da cabeça do que do corpo." Que sofrimento é este na justiça?
Não nego que haja problemas na justiça, mas creio que há menos do que parece e do que se diz. Daí falar em hipocondria. E de tanto se falar de problemas começa tudo a doer, aparecem sintomas sem doença. Gastamos toda a energia no discurso da crise e não a enfrentar os problemas.

"Corrupção não é mal, é mezinha." O que significa a afirmação?
É um título irónico, para salientar que uma das principais causas da corrupção é o labirinto burocrático, e que é preciso atacar forte aí. A repressão é importante, mas a prevenção também, e tem sido mais valorizada aquela do que esta.

"E afinal, ups, parece que não era bem assim." Tem aqui uma crítica aos juízos de rua e aos debates sobre os juízos de rua?
Sim, é uma crítica a isso. Uma crítica ao excesso de opinião e ao excesso de mediatização dos casos, por vezes de uma certa ligeireza. É preciso ser mais cuidadoso, mais profundo e pensar bem nas consequências devastadoras que tudo isto tem para os visados. Hoje ainda há autos-de-fé, mas não são na fogueira, são às vezes nos meios de comunicação social, na internet e na praça pública. E as pes-

O advogado Rui Patrício traçou um mapa da justiça em Portugal e faz uma viagem por esse mundo, com Eça de Queiroz, mas recusando as fantasias de Alice

JOANA SOUSA

soas ardem em lume brando.

Alice e o jornalista judiciário. Andamos todos a meter a foice em seara alheia?

Sim, acho que andamos um pouco a meter a foice em seara alheia, o que tem razões históricas e sociológicas, e não é apenas um fenómeno da área da justiça. Aliás, há um texto no livro que se chama "Traidores de bancada". Mas andamos sobretudo a não medir as consequências do excesso de opinião, da mediatização da justiça, da superficialidade e da rapidez dos juízos. E não estamos no mundo de fantasia da Alice, embora às vezes pareça. Estamos no mundo real e com consequências reais.

Como vê as propostas de leveza, rapidez, exactidão, visibilidade, multiplicidade e consistência e segredo de justiça?

Não associaria essa parte do livro ao segredo de justiça. Trata-se de uma tentativa de adaptação das seis propostas de Calvino para a literatura, a justiça em geral, a todos os seus temas, e não apenas à questão do segredo. Se pudéssemos realizar uma parte do programa de Calvino, sobretudo no que respeita às mentalidades e à cultura, já seria muito bom. Sobre o segredo em particular, que é um tema importante, há pelo menos dois textos no livro, um sobre a nudez nos últimos anos, intitulado "O segredo de justiça passeia por Portugal", e passado no Meco, que é sobre a sistemática violação do segredo de justiça nos últimos anos, quase sem consequências e com um discurso de censura, mas sem que essa censura se traduza em acções concretas. O segredo de justiça tem andado nu por aí, e o tema tem sido tratado com alguma hipocrisia.

Porque se intitula o livro "Mapa Múndi da Justiça em Bilhete Postal"?

Porque é um livro de viagens, pelo país, mas sobretudo de viagem pelo sistema de justiça e outros territórios, vistos pelo olhar do autor bastante irónico, às vezes mordaz, quase sempre provocador, metafórico nuns casos, directo noutros, mas sempre atento ao detalhe e ao conjunto. Tem histórias, pequenas e grandes, e crónicas, muitas vezes de costumes, onde se fala de viagens, de filmes, de livros, de desgostos e prazeres, mas falando sempre do tema que interessa a todos e de que todos falam: a justiça. São 49 textos sobre a justiça e os seus problemas (os verdadeiros e os falsos) e também sobre os seus protagonistas, os seus temas, debates, as suas virtudes e os seus defeitos, alegrias e tristezas, gritos e silêncios.

Qual a mensagem-síntese do seu livro?

A mensagem-síntese do conjunto dos textos é precisamente combater essa ideia derrotista e tremendista. Creio que há presente e que há futuro, mas o excesso de negativismo, a ideia de que está tudo mal, ideia que penso não corresponder à realidade, pode comprometer esse futuro, porque desmotiva, consome energia inutilmente, paralisa. Diálogo, responsabilidade e responsabilização são os remédios principais, quer para as doenças reais, quer para as doenças imaginárias. Sou, em geral, céptico, e até um pouco cínico, há quem diga, mas procuro conjugar isso com um optimismo da vontade. Na justiça tem sido tempo sobretudo de gritar e carpir. Agora deveria ser tempo de silêncio, da observação e da ponderação. No livro há textos sobre livros e textos sobre filmes. Não há nenhum texto sobre o "Casablanca", mas poderia haver, frisando a frase final, porque na justiça também é preciso o princípio de uma bela amizade. E também não há nenhum texto sobre os filmes de John Ford, mas poderia haver. Como nos filmes de Ford, a economia de palavras é um mandamento ético e estético. Se calhar eu mesmo também não o respeito, contribuindo para a vozearia. Espero e desejo que não.

"Gastamos toda a energia no discurso da crise e não a enfrentar os problemas. E de tanto se falar neles eles aparecem"

"Ainda há autos-de-fé. Não na fogueira mas na comunicação social, na internet ou na praça pública"